

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO
ESTADO DO CEARÁ, PARA INSTITUIR
PROCEDIMENTOS COOPERATIVOS PARA A
ANÁLISE TEMPESTIVA DE INCIDENTES E
BENEFÍCIOS EM PROCESSOS DE EXECUÇÃO
PENAL. (SEI Nº 8526798-63.2025.8.06.0000).**

ACT Nº 19/2025

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente **TJCE**, situada na avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Cambéba, CEP 60822-325, Fortaleza/CE, neste ato representado por seu Presidente, o **DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO**, no uso de suas atribuições legais, e de outro, o **GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o número 07.954.530/0001-18, com sede na rua Tenente Benévolo, nº 1055, Meireles, Fortaleza/CE, doravante denominada simplesmente **SAP**, neste ato representada por seu Secretário, o Sr. **LUÍS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO**, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** tem por finalidade estabelecer condições técnicas e operacionais através da cooperação mútua entre os **PARTÍCIPES** com vistas a instituir procedimentos cooperativos e prazos padronizados para o fluxo de informações e a juntada de documentos nos processos de execução penal, com vistas à análise tempestiva de incidentes/benefícios (tais como progressão de regime, livramento condicional, saídas temporárias e outros previstos na LEP), favorecendo planejamento, previsibilidade e eficiência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETIVO GERAL

Garantir a análise tempestiva dos incidentes e benefícios previstos na Lei de Execução Penal – LEP (tais como progressão de regime, livramento condicional, extinção de

pena, entre outros), de modo a favorecer o planejamento, a previsibilidade e a eficiência na tramitação processual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos deste Acordo:

I – Padronizar prazos e procedimentos para a juntada de documentos e o fornecimento de informações nos processos de execução penal;

II – Promover a integração e a cooperação entre os PARTÍCIPES, garantindo fluxo contínuo e seguro de informações;

III – Assegurar maior previsibilidade e celeridade na análise dos incidentes e benefícios previstos na Lei de Execução Penal;

IV – Prevenir atrasos decorrentes de ausência ou intempestividade na remessa de documentos indispensáveis à apreciação judicial;

V – Contribuir para a transparência, eficiência e efetividade na gestão processual da execução penal;

VI – Favorecer o planejamento institucional dos PARTÍCIPES, com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional e administrativa.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEFINIÇÕES

Para fins deste Acordo, adotam-se as seguintes definições:

I – **Incidentes a vencer:** benefícios da execução penal com data esperada de análise/implementação em período futuro determinado;

II – **Listagem de incidentes:** relação consolidada de incidentes, organizada por “tipo de incidente” e “data prevista de vencimento”, para apoio ao planejamento operacional;

III – **Documentos-base:** documentos indispensáveis à análise dos incidentes/benefícios, a serem encaminhados conforme o estado de cumprimento da pena, compreendendo:

a) **Pessoa recolhida em unidade prisional:** certidão carcerária atualizada;

b) **Pessoa em cumprimento de pena no regime aberto:** informações do Núcleo do Albergado – NUALB sobre frequência/comparecimento;

c) Pessoa sob monitoramento eletrônico: relatório sobre o cumprimento das condições judiciais estabelecidas, emitido pela Coordenadoria de Monitoramento Eletrônico de Pessoas – COMEP.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Para a execução do objeto do presente Acordo, os partícipes comprometem-se a efetivar as seguintes ações:

5.1 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ:

I – Compete ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF) do TJCE, por meio das Varas de Execuções Penais (VEPs):

- a) Encaminhar trimestralmente à SAP listagem de incidentes a vencer, por tipo e por data, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias em relação ao vencimento de cada incidente, a fim de possibilitar planejamento e providências internas; A primeira listagem será encaminhada à SAP até 30/11/2025, abrangendo os processos com incidentes a se vencer a partir de 1/3/2026;
- b) Manter canal permanente de interlocução técnica com a SAP para ajustes operacionais e resolução de dúvidas;
- b) Disponibilizar modelos de planilha/relatórios que padronizem a listagem (campos mínimos: número SEEU/processo, pessoa presa, tipo de incidente, data prevista, unidade prisional/responsável, observações).

5.2 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ:

I – Compete à SAP:

- a) Promover, sem necessidade de provocação judicial, a comunicação de ocorrências relevantes à avaliação do requisito subjetivo (faltas disciplinares, descumprimentos, intercorrências em monitoração eletrônica e comparecimento ao NUALB), inserindo-as diretamente nos autos eletrônicos sempre que ocorrerem;
- b) Juntar nos autos, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do vencimento do benefício, os documentos-base, conforme o caso:
 - 1. Certidão carcerária atualizada (SIGEPEN) para custodiados em regime fechado/semiaberto;

2. Informação/relatório do NUALB (frequência/comparecimento) para pessoas em regime aberto ou medidas vinculadas;

3. Informação/relatório de monitoração eletrônica (COMEP), observada a Resolução CNJ nº 412/2021 e priorizando solução técnica segura e juridicamente balizada para proteção de dados e conformidade;

c) Designar ponto(s) focal(is) para atendimento e comunicação com o GMF/VEPs;

d) Zelar pela qualidade, completude e atualidade das informações inseridas, observando-se as regras de sigilo, proteção de dados e segurança da informação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES E DENÚNCIA

I – Este Acordo entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará por prazo indeterminado;

II – Poderá ser revisto/alterado mediante termo aditivo;

III – Poderá ser denunciado por qualquer Parte, mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da conclusão de medidas já em curso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser alterado de comum acordo, nas cláusulas admissíveis pelas legislações pertinentes, através de celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo consentimento, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, restando para cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Este Acordo de Cooperação Técnica não acarreta nenhuma transferência direta de recursos financeiros entre os partícipes, motivo pelo qual não se consigna dotação orçamentária. As ações dele resultantes que implicarem transferência ou cessão de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá aos partícipes a publicação de extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica, nos respectivos meios oficiais de publicação de atos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes contratantes declaram encontrar-se adequadas ao tratamento dos dados de pessoa natural, devendo cada parte adotar os procedimentos legais necessários para o tratamento de referidos dados no que se refere aos objetivos a que se destinam o presente Acordo, ou seja, para execução e tratativas deste instrumento ou de procedimentos preliminares a ele relacionados.

Parágrafo Único. Em qualquer hipótese, ambas as partes declaram estar cientes da necessidade da observância dos termos da Lei nº. 13.709/2018 no que se refere ao tratamento direto e/ou indireto de dados de terceiros que se relacionem com o presente contrato de prestação de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza – CE para dirimir toda e qualquer dúvida da execução deste Acordo de Cooperação Técnica.

E, por estarem assim justas e convenientes firmam o presente Acordo de Cooperação em quatro vias de igual teor na presença de testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos.

Fortaleza/CE, data da última assinatura registrada pelo sistema.

**HERACLITO VIEIRA
DE SOUSA
NETO:200458**

Assinado de forma digital por
HERACLITO VIEIRA DE SOUSA
NETO:200458
Dados: 2025.11.06 17:15:46 -03'00'

**Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

**Luís Mauro Albuquerque Araújo
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO
DO ESTADO DO CEARÁ – SAP**

TESTEMUNHAS _____